

Richa acha que convenção não deve definir o mandato

BRASÍLIA — A convenção do PMDB, marcada para os próximos dias 18 e 19, não deveria, na opinião do Senador José Richa (PMDB-PR), definir a posição do partido com relação à duração do mandato presidencial. Além de afirmar que ainda é cedo para um posicionamento definitivo — para ele, seria melhor que se ficasse em aberto —, o Senador acha que mandato presidencial não é matéria de convenção.

— Uma convenção tem por objetivo explicitar dúvidas sobre o programa partidário, afirmou.

Defensor de um mandato de cinco anos para o Presidente José Sarney, o Senador disse ontem que caso o plano Bresser não traga as soluções desejadas para a economia do País, a única saída institucional será a antecipação das eleições presidenciais.

José Richa disse, no entanto, que a convenção não deverá trazer surpresas com relação ao mandato. Para ele, é mais provável que os peemedebistas definam-se por um tempo de cinco anos.

— Pode haver surpresas se a decisão ficar para a Constituinte, afirmou.

A existência de um pacto entre o Governo e o Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, para fazê-lo Primeiro-Ministro, é vista com desconfiança por Richa: — Para Richa, essa discussão "pode ser uma estratégia para se ganhar tempo e ver se o plano Bresser dá certo".

A adoção do Parlamentarismo no Brasil não é bem vista pelo Senador paranaense. Segundo ele, além de não acabar com a atual crise, o Parlamentarismo poderia "até agravá-la".

— Depois de 21 anos de autoritarismo, passar para uma forma extremamente liberal de governar seria uma péssima transição, afirmou.

Para Richa, o melhor seria preparar o País para o Parlamentarismo, através de medidas que levassem, no futuro, à adoção desse sistema de governo.

— Eu mesmo apresentei emenda propondo o voto distrital. Como vai funcionar o Parlamentarismo sem o voto distrital? — indagou.

José Richa acha também dispensável a criação da figura de um Primeiro-Ministro para auxiliar o Presidente da República na administração federal.

— Isso é uma coisa que pode ser feita pelo Chefe da Casa Civil. Não precisa mudar um sistema de governo para fazer o óbvio — concluiu. — Ontem, o Líder do Governo na Câmara, Deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), voltou a afirmar que, caso a convenção do PMDB aprove um mandato de quatro anos para o Presidente Sarney, o grupo "Centro Democrático" poderá não acatar a decisão.

— Se a convenção decidir por cinco ou seis anos, os que defendem quatro anos vão nos acompanhar?, perguntou.

Cabral vai negociar anteprojeto com todas as facções ideológicas

Foto de Juan Carlos Gómez

BRASÍLIA — O primeiro anteprojeto da nova Constituição será redigido a partir de ampla negociação com as diversas correntes ideológicas que entrarão em choque nas comissões temáticas sempre que foram levantadas questões polêmicas. O compromisso já foi assumido pelo Relator da Comissão de Sistematização, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), de acordo com o coordenador do grupo de oito "relatores de campo" que o auxiliam, Deputado Adolfo de Oliveira (PL-RJ). Para ele, mais do que necessário, o acordo é vital para o bom andamento dos trabalhos:

— A fase das comissões deixou um ensinamento que não podemos esquecer. Quando os relatores se afastaram da realidade do conjunto das comissões, provocaram reações muito violentas. Isso nós precisamos evitar daqui para a frente — afirmou o parlamentar fluminense.



'Grupo dos Oito' ainda está em plena atividade

O grupo encarregado por Cabral de compatibilizar em um só texto todas as propostas aprovadas pelas comissões temáticas entrega hoje o resultado de uma semana de trabalho, sob a forma de um anteprojeto bruto, com pouco mais de 300 artigos. Depois de muitas dúvidas sobre a melhor forma de colocar neste pri-

meiro esboço de Constituição as propostas conflitantes, os "relatores de campo" optaram por deixar o problema para Bernardo Cabral.

Assim, para cada um dos artigos onde existe conflito, eles mostrarão as alternativas previstas nos diversos itens das diferentes comissões. Outro "relator de campo", o Deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), disse que Cabral já começou a procurar as lideranças que atuaram nas comissões temáticas.

A questão da reforma agrária, por exemplo, voltou à estaca zero, segundo Vivaldo. Tão conflitantes foram os relatórios que cuidaram do assunto que o "Grupo dos Oito" decidiu não mexer na matéria. O Relator da Sistematização levará o problema a todos os relatores envolvidos para tentar um acordo.

— Não tem saída — disse Vivaldo Barbosa. — Ou se conversa e se entende, ou então se mede força no plenário, que é a pior solução. Cabral está preocupado em produzir entendimentos e, ao que parece, há disposição para isso entre os constituintes.

De acordo com o Deputado pedetista, nesta fase de conversações o trabalho do Relator será de identificar os interlocutores das diversas correntes ideológicas, principalmente no PMDB, partido majoritário. A consulta será estendida a todos os partidos.

Quércia sugere adiar reunião de Governadores

SÃO PAULO — O encontro dos Governadores do Centro-Sul, que deveria ocorrer em Santa Catarina nos próximos dias, poderá não acontecer mais. A hipótese foi levantada ontem pelo Governador de São Paulo, Ortes Quércia, que considera necessária uma reavaliação da reunião por causa das medidas desencadeadas pelo Novo Plano Cruzado.

Idealizado no início do mês pelo Governador de Santa Catarina, Pedro Ivo, o encontro contaria, além de Quércia, com a participação dos Governadores do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, do Paraná, Alvaro Dias, de Minas Gerais, Newton Cardoso, de Mato Grosso do Sul, Marcelo Miranda, e do Rio de Janeiro, Moreira Franco.

— Além de uma reforma tributária de emergência, discutiríamos os problemas econômicos mais urgentes que cada Estado está enfrentando. Daí, a necessidade de uma reavaliação da reunião, já que o Governo Federal tomou medidas econômicas que iam discutir.

O Governador de São Paulo, que lamentou a demora da resposta do Presidente José Sarney ao seu pedido de autorização para credenciamento de funcionários estaduais, com o objetivo de colaborar na fiscalização do congelamento de preços, disse que irá emitir mais Obrigações do Tesouro Paulista para pagar a diferença salarial do funcionalismo, em razão do pagamento dos gatilhos.

Constituintes usam recesso 'branco' para ir ao exterior

BRASÍLIA — O período de trabalho na Comissão de Sistematização, que tem 92 membros titulares e 50 suplentes, está sendo considerado com um verdadeiro "recesso branco" para os demais Constituintes. Os parlamentares estão aproveitando o período de pouca atividade até o próximo dia 17 de julho, quando o anteprojeto de Constituição chegará ao plenário para receber emendas e ser discutido pelos membros da Assembléia Nacional Constituinte, para suas viagens ao exterior.

O Congresso Nacional, como acontece todos os anos, entrará em recesso no próximo dia 1 de julho, apesar da Câmara dos Deputados e do Senado Federal terem aprovado alterações em seus regimentos adaptando o seu funcionamento aos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, que não terá nenhum recesso formalizado.

Na próxima sexta-feira uma delegação de 15 parlamentares viajará para Tóquio, a convite do Parlamento do Japão, "para um maior entrosamento do poder legislativo dos dois países", como informou o chefe da comitiva, Deputado Homero Santos (PFL-MG), 1º Vice-Presidente da Câmara dos Deputados. Homero fez questão de ressaltar que as despesas com as passagens correrão por conta dos próprios Deputados, enquanto a "Dieta" — como é conhecido o Legislativo japonês — assumirá as despesas de hospedagem.

A data da volta dos parlamentares

PFL admite a possibilidade de adiar encontro nacional

BRASÍLIA — O posicionamento dos presidentes regionais do PFL, que se reúnem hoje com a Executiva Nacional do partido, poderá ser decisivo para a realização da convenção nacional, marcada para os dias 4 e 5 de julho e durante a qual os pefelistas deverão decidir se continuarão ou não apoiando o Governo. Ontem, o Secretário-Geral do partido admitiu a possibilidade de adiamento da convenção — uma tese que encontra respaldo até mesmo entre os setores "rebeldes" da bancada federal, todos receando que a

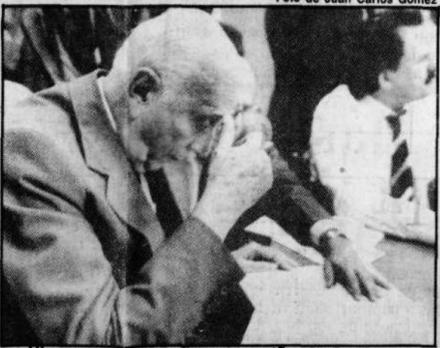
agremiação saia dividida do encontro.

A cúpula do partido acredita que o PFL não deve romper com o Governo — nem permitir que essa tese seja levantada, com o destaque de uma convenção nacional — especialmente neste primeiro momento de implantação do congelamento de preços e de salários. Embora existam setores de base dispostos a romper a Aliança Democrática, na avaliação de um dirigente pefelista "este seria o pior momento para fazê-lo".

PMDB dará tratamento político a 13 pontos polêmicos do anteprojeto

Foto de Juan Carlos Gómez

BRASÍLIA — Lideranças do PMDB reunir-se-ão ontem à noite no Centro de Processamento de Dados do Senado (Prodasen) para discutir os principais conflitos e omissões dos relatórios feitos pelas comissões temáticas e definir a redação do anteprojeto da Constituição com base no programa do Partido. Pelo menos 13 artigos vão receber tratamento político. Do encontro participaram o Presidente da Constituinte e do PMDB, Ulysses Guimarães; o Relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral; os Líderes na Câmara, Luiz Henrique; no Senado, Fernando Henrique Cardoso; e na Constituinte, Mário Covas; e os relatores-adjuntos José Inácio Ferreira, Wilson Martins e Nelson Jobim.



Ulysses, preocupado, na reunião do Prodasen

Os relatores-adjuntos do PMDB praticamente desconhecem o trabalho semelhante feito pelos "relatores de campo" coordenados pelo Líder do PL, Adolfo de Oliveira. Gentilmente, o Senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) recebeu à tarde a colaboração de seus colegas Virgílio Távora (PDS-CE) e João Calmon (PMDB-ES) mas, no início da

noite, o Senador José Inácio Ferreira (PMDB-ES) e o Deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), ajudados pela professora de Direito Constitucional da USP Ada Pellegrini, já haviam definido os pontos de conflito e organizado um índice geral, com novos títulos, para a Constituição.

Quando há uma proposição e várias enunciações, o trabalho é de compatibilização. Quando há várias proposições, se decide politicamente — disse o Senador José Inácio.

Foram achadas várias proposições para os mesmos artigos. Os maiores problemas foram encontrados na Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, onde não foi aprovado um relatório. Ontem, o

PMDB teria que se definir politicamente sobre os seguintes temas:

- Exclusividade, ou não, das verbas públicas para o ensino público.
- Percentuais orçamentários para a educação.
- Definição plurianual para o Plano Nacional de Educação.
- Conselho Nacional de Comunicação.
- Participação do Congresso nas concessões de rádio e televisão.
- Definição de mercado interno e estabelecimento de reserva de mercado.
- Definição de empresa nacional.
- Período mínimo para a dissolução do casamento.
- Voto do analfabeto.
- Comissões de trabalhadores nas empresas e pluralidade sindical.
- "Objeção de consciência" para não prestar o Serviço Militar.
- Voto obrigatório a partir dos 18 anos ou facultativo dos 16 aos 18.
- Criação de um tribunal de garantias constitucionais.

Os relatores-adjuntos já excluíram a possibilidade de regulamentação dos jogos de azar e loterias. Ou seja, não haverá nada, em princípio, na Constituição, contra ou a favor do jogo. Nos relatórios dos Senadores Almir Gabriel (PMDB-PA) e José Paulo Bisol (PMDB-RS) e no projeto do Deputado Artur da Távola (PMDB-RJ) existem muito pontos em comum. Esses relatores seriam chamados ontem à noite ao Prodasen.

Partidos pequenos esperam PMDB para iniciar o clima de conciliação

BRASÍLIA — As lideranças partidárias e ideológicas da Constituinte estão aguardando um contato do Líder do PMDB na Constituinte, Senador Mário Covas, para o início dos entendimentos políticos com vistas ao estabelecimento de um clima de conciliação necessário à elaboração de uma Constituição que atenda aos interesses da média da população. — É verdade que Covas não fala pela bancada do PMDB como um todo. Mas é da tradição parlamentar

que o Líder da maioria dê o primeiro passo no sentido dos acordos políticos, disse o Vice-Líder do PDS, Deputado Bonifácio de Andrada.

A mesma opinião é compartilhada pelo Líder do PDS, Deputado Amaral Netto, e pelo Líder do PTB, Deputado Gastone Righi. Eles ponderam, entretanto, que se Covas mantiver a posição sectária que vem adotando desde o episódio da escolha dos relatores das comissões temáticas, a tendência é de que o entendimento tão

falado nos últimos dias resultem em conversas isoladas nos gabinetes e no Plenário da Constituinte.

— Nunca se falou tanto na necessidade de acordos políticos, entendimentos entre correntes ideológicas e conciliação. Tudo vai depender de Covas. Se ele confirmar a sua atitude de alienação neste momento, não teremos como evitar os diversos tipos de confronto, com graves implicações para a Constituinte — prevê Bonifácio.

Também é considerado inaceitável o artigo 4º, alínea A, do mesmo relatório, que assegura liberdade de organização sindical aos servidores públicos civis e militares. O capítulo da reforma agrária, como foi aprovado pela Comissão da Ordem Econômica, tampouco agradou o Governo, que não vê com bons olhos uma proposta muito avançada neste setor, mas se preocupa com a repercussão política da aprovação de uma reforma que fique aquém do que já estabelece o Estatuto da Terra. Para o Palácio do Planalto, é muito importante que a reforma agrária seja assegurada na Constituição.

Sant'Anna colabora com Maciel, tentando unir também seu partido

BRASÍLIA — Ao mesmo tempo em que o Presidente do PFL, Senador Marco Maciel, articula um pacto político suprapartidário, falando em nome do Presidente José Sarney, o Líder do Governo na Câmara, Deputado Carlos Sant'Anna (BA) anuncia um trabalho semelhante dentro do PMDB — de entendimento — que ele considera uma preliminar do acordo político proposto pelo Governo.

A reação dos partidos à ideia de pacto político é bastante diversa. Vai da descrença à rejeição, passando por uma expectativa otimista até no PMDB, partido majoritário no Governo. Seu Presidente, o Deputado Ulysses Guimarães, disse ontem que a proposta "pode vingar" e a comprou ao entendimento que resultou na formalização da Aliança Democrática, que elegeu a chapa Tancredo-Sarney.

— Na política a gente está para fazer pactos. Eles podem vingar, pois com o PFL já fizemos o pacto que resultou na eleição de Tancredo-Sarney, como o referendo popular nas praças públicas — disse Ulysses, que no entanto, ainda não foi procurado por Maciel para conversar sobre o pacto político.

O Líder do PMDB na Constituinte, Senador Mário Covas, mesmo desconhecendo o teor da proposta de Mar-

co Maciel, diz estar a favor de todas as teses para que se chegue a uma Constituinte progressista "e se fique ao lado do povo". Em sua opinião, é mais fácil dar certo um pacto político, como está sendo articulado por Maciel, do que o pacto social anteriormente negociado pelo Ministro do Trabalho, Almir Pazzianoto.

Mas dentro da cúpula do próprio PMDB há quem desconheça o trabalho de Maciel, como o Líder no Senado, Fernando Henrique Cardoso.

— Tem isso? Eu preciso ser informado, afinal sou Líder do PMDB. Acho que o Senador Marco Maciel deveria falar comigo sobre isso — disse.

O Presidente do PDS, Senador Jarbas Passarinho, mesmo favorável ao entendimento suprapartidário, é pessimista quanto aos resultados da missão que se atribui a Maciel. Em sua opinião, não há possibilidade de entendimento entre o PFL — representado por Maciel — com o PDT ou o PT, porque a proposta esbarra em projetos pessoais de lideranças desses partidos.

O Presidente Nacional do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, confirmou que ainda esta semana, provavelmente amanhã, se reunirá com o Senador Marco Maciel, para ouvir suas propostas em torno de um possível pacto político. Apesar de ter aceito o

convite de Maciel para o encontro, Lula afirmou que não existe a menor possibilidade de um entendimento político fora da Constituinte.

— Se faltam apenas três ou quatro meses de trabalho para a elaboração da Constituição, que todos chamam de "Carta Magna", porque não discutir todas as questões em torno dela? Não acredito nesse pacto político, o Maciel já teve muito mais prestígio para encaminhar esse pacto quando era Chefe do Gabinete Civil, e não o fez. Concordo em conversar com o Presidente de um partido político, como faria com qualquer outro, sem qualquer compromisso afirmou Lula.

Quanto aos encontros que teria no Rio com o ex-Governador Leonel Brizola e com o Prefeito Saturnino Braga, Lula disse que eles não aconteceram apenas por falta de tempo, e que deverão ocorrer normalmente. Segundo ele, de sua parte não existe nenhum problema em relação a Brizola, a quem teria acusado de fazer qualquer coisa para alcançar a Presidência da República, até pisar no pescoço da própria mãe.

Para Lula, na pior das hipóteses, ele e Brizola irão se encontrar no dia 7 de julho, durante a manifestação em favor das diretas na rampa do Palácio do Planalto.